


ETNOLINGÜÍSTICA NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE: AS LÍNGUAS NATIVAS REMANESCENTES NOS MUNICÍPIOS DE BENJAMIM CONSTANT E SÃO PAULO DE OLIVENÇA NA MICRORREGIÃO DO ALTO-SOLIMÕES-AM

ETHNOLINGUISTICS IN THE CONTEXT OF SUSTAINABILITY: THE REMAINING NATIVE LANGUAGES IN THE MUNICIPALITIES OF BENJAMIN CONSTANT AND SÃO PAULO DE OLIVENÇA IN THE ALTO-SOLIMÕES MICROREGION, AMAZONAS STATE

ETNOLINGÜÍSTICA EN EL CONTEXTO DE LA SOSTENIBILIDAD: LAS LENGUAS NATIVAS RESTANTES EN LOS MUNICIPIOS DE BENJAMIN CONSTANT Y SÃO PAULO DE OLIVENÇA EN LA MICRORREGIÓN ALTO-SOLIMÕES, ESTADO DE AMAZONAS

 10.56238/CONEDUCA-091

Adson Gomes Gomes

Graduado em Licenciatura em Letras

Instituição: Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

E-mail: gomesgmesadson@gmail.com

Edinelza Macedo Ribeiro

Doutora em Desenvolvimento Sustentável

Instituição: Universidade de Brasília (UnB)

E-mail: ediribeiro27@hotmail.com

RESUMO

Esta pesquisa propôs-se a analisar o futuro das línguas nativas remanescentes nos municípios de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença (Alto Solimões/AM), com foco nos pressupostos da etnolinguística no contexto da sustentabilidade das políticas linguísticas no ensino superior. O caminho metodológico da pesquisa foi subsidiado na construção de cenários prospectivos (Godet,2000), viabilizado pelo levantamento bibliográfico. Os resultados da pesquisa contribuíram para identificação de cinco línguas nativas que ainda remanescem, sendo duas no município de Benjamin Constant/AM, a Tikuna e a Kokama e três no município de São Paulo de Olivença/AM, a Tikuna, Kokama e Kambeba. Constatou-se ainda em ambos os municípios, línguas que correm risco de extinção, a saber: Kaixana, Witoto e os kanamaris. Com relação ao ingresso de alunos indígenas matriculados no ensino superior, registrou-se 1.058 em Benjamin Constant e 2.084 em São Paulo de Olivença (IBGE,2022). Embora esses dados mostrem um aumento da participação dos indígenas nas universidades no Amazonas, o cenário futuro das políticas linguísticas ainda soa como ineficazes diante da diminuição de jovens falantes da língua materna e registros escritos, a exemplo disso, criação de materiais didáticos do falante nativo, a formação de professores indígenas e o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) por parte das universidades públicas e privadas. Enfim, a pesquisa contribui para reflexão de ações de política linguística pública visando proporcionar uma educação inclusiva para manter viva as tradições orais e os conhecimentos ancestrais que são indispensáveis para preservação e revitalização dessas línguas como patrimônio cultural e sustentável.



Palavras-chave: Etnolinguística. Política Linguística. Povos Indígenas.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the future of remaining native languages in the municipalities of Benjamin Constant and São Paulo de Olivença (Alto Solimões/AM), focusing on the assumptions of ethnolinguistics in the context of the sustainability of language policies in higher education. The methodological approach of the research was based on the construction of prospective scenarios (Godet, 2000), made possible by a bibliographic survey. The research results contributed to the identification of five remaining native languages, two in the municipality of Benjamin Constant/AM, Tikuna and Kokama, and three in the municipality of São Paulo de Olivença/AM, Tikuna, Kokama, and Kambeba. It was also found that in both municipalities, there are languages at risk of extinction, namely: Kaixana, Witoto, and Kanamari. Regarding the enrollment of indigenous students in higher education, 1,058 were registered in Benjamin Constant and 2,084 in São Paulo de Olivença (IBGE, 2022). Although these data show an increase in the participation of indigenous people in universities in Amazonas, the future scenario of language policies still seems ineffective in the face of the decrease in young speakers of the mother tongue and written records, such as the creation of teaching materials by native speakers, the training of indigenous teachers, and compliance with the Law of Guidelines and Bases of National Education (Law No. 9,394/1996) by public and private universities. In short, the research contributes to the reflection on public language policy actions aimed at providing inclusive education to keep alive oral traditions and ancestral knowledge that are indispensable for the preservation and revitalization of these languages as cultural and sustainable heritage.

Keywords: Ethnolinguistics. Language Policy. Indigenous Peoples.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo analizar el futuro de las lenguas nativas que aún se conservan en los municipios de Benjamin Constant y São Paulo de Olivença (Alto Solimões/AM), centrándose en los postulados de la etnolingüística en el contexto de la sostenibilidad de las políticas lingüísticas en la educación superior. El enfoque metodológico se basó en la construcción de escenarios prospectivos (Godet, 2000), posibilitada por una revisión bibliográfica. Los resultados permitieron identificar cinco lenguas nativas: dos en el municipio de Benjamin Constant/AM (tikuna y kokama) y tres en el de São Paulo de Olivença/AM (tikuna, kokama y kambaba). Asimismo, se constató la presencia en ambos municipios de lenguas en riesgo de extinción: el kaixana, el witoto y el kanamari. En cuanto a la matrícula de estudiantes indígenas en la educación superior, se registraron 1.058 en Benjamin Constant y 2.084 en São Paulo de Olivença (IBGE, 2022). Si bien estos datos muestran un aumento en la participación de pueblos indígenas en las universidades de Amazonas, el panorama futuro de las políticas lingüísticas aún se presenta ineficaz ante la disminución de jóvenes hablantes de la lengua materna y de registros escritos, como la creación de materiales didácticos por hablantes nativos, la capacitación de docentes indígenas y el cumplimiento de la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (Ley N° 9.394/1996) por parte de las universidades públicas y privadas. En resumen, esta investigación contribuye a la reflexión sobre las acciones de política lingüística pública dirigidas a brindar una educación inclusiva que mantenga vivas las tradiciones orales y el conocimiento ancestral, indispensables para la preservación y revitalización de estas lenguas como patrimonio cultural sostenible.

Palabras clave: Etnolingüística. Política Lingüística. Pueblos Indígenas.



1 INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira é amplamente reconhecida como um dos maiores repositórios de diversidade cultural e linguística do planeta, abrigando uma multiplicidade de povos indígenas cujas línguas e tradições constituem patrimônios imateriais de valor inestimável. Dentro desse vasto território, a microrregião do Alto Solimões, localizada no estado do Amazonas, destaca-se por sua riqueza etnolinguística, sendo habitada por povos como os Tikuna, Kokama, Kaixana, Kambeba e outros, que mantêm vivas línguas e culturas ancestrais. No entanto, essas línguas nativas enfrentam desafios significativos, decorrentes de processos históricos de colonização, globalização e políticas públicas insuficientes para sua preservação e revitalização. Diante desse contexto, a construção de cenários futuros para as línguas nativas remanescentes nos municípios de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença/AM, torna-se importante, especialmente considerando a crescente pressão sobre os modos de vida tradicionais e a integração desses povos em contextos educacionais formais, como por exemplo, o ensino superior.

Os pressupostos da etnolinguística, Lyons (1987), recebe um tratamento especial na presente pesquisa, por tratar a linguagem como expressão da identidade cultural dos povos. Sapir (1969), reconhece vários impactos que atingem a linguagem humana, quer seja de ordem sociológica, étnicos, antropológicos e psicológicos. Diante de tais circunstâncias, algumas áreas da ciência buscam dialogar com a linguística visando realizar pesquisas em torno da linguagem, partindo-se do pressuposto de que ao se analisar uma língua, consegue-se extrair informações tais como, realidade cultural e costumes de uma sociedade (Souza e Antunes, 2017)

Este artigo apresenta os resultados finais de um projeto de Iniciação Científica que teve como objetivo geral, analisar o futuro das línguas nativas remanescentes nos municípios de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença (Alto Solimões/AM), com foco nos pressupostos da etnolinguística no contexto da sustentabilidade das políticas linguísticas no ensino superior.

A pesquisa, de natureza bibliográfica e exploratória, concentra-se nas cidades de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença, ambas localizadas no estado do Amazonas, que são emblemáticas pela presença significativa de populações indígenas e pela complexidade dos desafios enfrentados por essas comunidades. Essas localidades foram escolhidas por sua relevância etnolinguística e, por representarem contextos onde a interação entre políticas públicas, educação e práticas culturais indígenas podem ser observadas de forma mais evidentes.

A microrregião do Alto Solimões é particularmente relevante para este estudo devido à sua alta densidade populacional indígena e à presença de línguas que, apesar de sua vitalidade em alguns contextos, enfrentam riscos de desaparecimento. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), os Tikuna, por exemplo, representam o maior grupo indígena do Brasil em termos populacionais, com uma presença significativa no Alto Solimões, especialmente nas cidades de



Benjamin Constant e São Paulo de Olivença. No entanto, mesmo com essa expressividade demográfica, as línguas nativas da região estão sujeitas às pressões externas, a exemplo disso, a expansão de modelos educacionais hegemônicos que priorizam o português em detrimento das línguas maternas, e a influência de meios de comunicação massivos que marginalizam as expressões culturais locais.

Nesse contexto, a processo metodológico utilizado no presente estudo foi o da construção de cenários prospectivos (Godet, 2000). Essa estratégia viabilizou fazer um estudo retrospectivo e histórico do objeto de estudo para compreender como as políticas públicas linguísticas educacionais contribuíam para a sustentabilidade das línguas nativas remanescentes nesses municípios. A investigação propôs-se não apenas diagnosticar os desafios linguísticos enfrentados, mas também verificar a existências de estudantes indígenas cursando o ensino superior. Tendo como base essas inquietações, levantou-se o seguinte problema de pesquisa: quais os limites e possibilidades da sustentabilidade linguística das línguas nativas remanescentes nos municípios de Benjamim Constant e São Paulo de Olivença/AM, a partir de uma abordagem retrospectiva, histórica e atual do objeto de estudo?

Nesse sentido, a pesquisa dialoga com autores como Mühlhäusler (1996), que aborda a importância da ecologia linguística para a manutenção da diversidade linguística, e Fishman (1991), cujo modelo de revitalização linguística enfatiza a centralidade da comunidade no processo de preservação das línguas ameaçadas. Além disso, o estudo buscou contribuir para o debate sobre a implementação de políticas linguísticas que respeitem e promovam a autonomia dos povos indígenas, conforme preconizado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989) e pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2008).

Por fim, este artigo pretende oferecer reflexões sobre a importância dos estudos da etnolinguística para a formulação de políticas públicas linguística no reconhecimento e valorização das línguas nativas remanescentes no Alto Solimões. Ao propor a metodologia da construção de cenários, buscou-se não apenas antever possíveis futuros, mas também engajar atores sociais, comunidades indígenas e instituições educacionais em um diálogo construtivo sobre o papel das línguas nativas na construção de uma sociedade mais justa, incluyente e sustentável. Acredita-se que a preservação das línguas nativas é essencial não apenas para os povos que as falam, mas para a humanidade como um todo, pois cada língua representa um modo único de ver e interagir com o mundo.



2 A DIVERSIDADE ETNOLINGUÍSTICA NA MICRORREGIÃO DO ALTO-SOLIMÕES E OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI, 2025), órgão responsável pela proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas no Brasil, destaca a imensa diversidade linguística presente no país. Dados atualizados pelo órgão, o Brasil abriga mais de 150 línguas indígenas faladas por cerca de 305 etnias, o que o coloca entre os países com maior diversidade linguística do mundo. Essas línguas estão distribuídas em mais de 20 troncos linguísticos, como o Tupi, Macro-Jê, Aruak e Karib, além de famílias isoladas que não possuem relação comprovada com outros grupos linguísticos.

O antropólogo Darcy Ribeiro, em sua obra *Os Índios e a Civilização* (1970), já alertava para a importância da diversidade linguística como um dos pilares da identidade cultural dos povos indígenas. Para o autor, “cada língua indígena que se extingue é como uma biblioteca que se queima, levando consigo saberes ancestrais, visões de mundo e modos de vida únicos” (Ribeiro, 1970, p. 30). Essa metáfora ilustra a profundidade do conhecimento que está em jogo quando uma língua desaparece. Outrossim, o linguista Aryon Dall’Igna Rodrigues (1986), em seu livro *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*, reforça a complexidade e a sofisticação das línguas indígenas, as quais possuem estruturas gramaticais e sistemas de classificação que desafiam as categorias linguísticas ocidentais. Destacava que “a diversidade linguística no Brasil é um testemunho vivo da capacidade humana de criar e transmitir conhecimento de formas variadas e profundamente enraizadas em suas culturas” (Rodrigues, 1986, p. 48).

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI, 2025) tem enfatizado o papel das novas gerações indígenas na revitalização de suas línguas maternas apoiando, por exemplo, a realização do II Encontro Nacional para a Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil (DILI). O evento foi realizado entre 26 e 30 de agosto de 2025, na Terra Indígena (TI) Buriti, em Dois Irmãos do Buriti (MS). Muitas comunidades estão implementando escolas bilíngues e projetos de documentação audiovisual para garantir que as línguas sejam transmitidas às crianças e jovens. Essa iniciativa é crucial, pois, como afirmou o líder indígena Ailton Krenak (2019, p.13), “a língua é a alma de um povo, e sem ela, perdemos não apenas palavras, mas toda uma cosmovisão que nos conecta à terra e aos nossos ancestrais”.

E essa conexão ainda se faz presente na microrregião do Alto Solimões, localizada no estado do Amazonas. É uma região reconhecida por sua notável diversidade etnolinguística, abrigando uma significativa parcela da população indígena do Brasil. De acordo com o último Censo Demográfico realizado pelo IBGE, (2022), a região concentra uma das maiores populações indígenas do país, com destaque para municípios como São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga, que juntos somam mais de 80 mil indígenas. Essa população é composta por diversos grupos étnicos, como os Tikuna, Kokama,



Kaixana e Yanomami, cada um com suas próprias línguas, tradições e modos de vida, o que evidencia a riqueza cultural e linguística da região (IBGE, 2022).

A diversidade etnolinguística do Alto Solimões é um reflexo da complexa história de ocupação e resistência dos povos indígenas na Amazônia. Conforme destacam Souza e Almeida (2019), a região é um dos poucos lugares no Brasil onde a pluralidade linguística ainda se mantém viva, com mais de 20 línguas indígenas em uso cotidiano. No entanto, essa diversidade enfrenta sérias ameaças, como a pressão de modelos de desenvolvimento que não consideram os direitos e as especificidades culturais desses povos. O avanço de atividades como o garimpo ilegal, o desmatamento e a expansão de grandes projetos de infraestrutura têm impactado diretamente os territórios indígenas, colocando em risco não apenas suas terras, mas também suas línguas e culturas.

Em virtude do crescimento populacional indígena na região, muitos desses grupos enfrentam desafios estruturais graves. Para ilustrar, a Terra Indígena Yanomami que se estende até o Alto Solimões, registrou um aumento significativo de invasões por garimpeiros, resultando em desmatamento, contaminação de rios e problemas de saúde, como a disseminação de doenças infectocontagiosas (IBGE, 2022). Conforme apontado por Ricardo (2021), a falta de políticas públicas eficazes para proteger esses territórios e garantir os direitos indígenas tem agravado a vulnerabilidade dessas populações.

Apesar de avanços pontuais, como a implementação de escolas bilíngues e intercultural, muitos indígenas ainda enfrentam barreiras no acesso a serviços básicos. Segundo Oliveira (2020), a educação escolar indígena na região ainda carece de recursos e de uma abordagem que valorize plenamente as línguas e os saberes tradicionais. Na saúde, a distância geográfica e a falta de infraestrutura adequada dificultam o atendimento médico, especialmente em áreas mais remotas (Oliveira, 2020).

A questão da identidade e da autodeterminação também são temas centrais nos debates sobre a diversidade etnolinguística no Alto Solimões. Para Santos (2018), a manutenção das línguas nativas está intrinsecamente ligada à preservação dos territórios e das práticas culturais. A perda de uma língua representa não apenas o desaparecimento de um sistema de comunicação, mas também de um conjunto de conhecimentos e visões de mundo únicas. Nesse sentido, a luta dos povos indígenas do Alto Solimões pela demarcação de suas terras e pelo reconhecimento de seus direitos é também uma luta pela sobrevivência de sua diversidade linguística e cultural (Santos, 2018).

Conforme descreve Oliveira Filho (1988), o Alto Solimões passou por um intenso fluxo migratório entre o final do século XIX e o início do século XX, impulsionado principalmente pela atividade seringueira. A região, originalmente habitada por grupos étnicos como os Tikuna, Kokama e alguns Kambebas, recebeu um grande número de migrantes, especialmente nordestinos, além de uma significativa presença de peruanos. O autor ainda destaca que, nesse período, ocorreu uma ocupação



progressiva das terras para atividades consideradas produtivas, o que gerou profundas transformações sociais e culturais entre as etnias locais.

Para Castro e Campos (2015), essa dinâmica migratória e econômica resultou em processos de miscigenação entre indígenas, peruanos e migrantes, além de uma reconfiguração da posse das terras. As empresas seringalistas, ao se estabelecerem na região, passaram a controlar grande parte dessas terras, que antes eram ocupadas tradicionalmente pelos povos indígenas. Dessa forma, a chegada dos seringalistas não apenas alterou a estrutura fundiária, mas também impactou significativamente as relações sociais e culturais das comunidades locais, consolidando a posse das terras nas mãos dos brancos e marginalizando os povos originários.

Por mais que a microrregião do Alto Solimões seja um exemplo emblemático da riqueza etnolinguística dos povos indígenas no Brasil essa diversidade está sob constante ameaça devido a fatores como a invasão de terras, a falta de políticas públicas adequadas e a pressão de modelos de desenvolvimento predatórios. A proteção desses povos e de suas culturas requer, portanto, ações urgentes e coordenadas que respeitem seus direitos e promovam sua autonomia, garantindo que essa diversidade continue a florescer para as gerações futuras como já acentuava Barros (2021).

Nesse sentido, os direitos dos povos indígenas têm ganhado reconhecimento internacional por meio de instrumentos jurídicos como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUDPI, 2008). Esses documentos representam marcos fundamentais na luta pela garantia dos direitos coletivos, territoriais e culturais desses povos, estabelecendo diretrizes para a proteção de suas identidades e modos de vida.

A Convenção nº 169 da OIT, adotada em 1989, é o único tratado internacional vinculante que aborda especificamente os direitos dos povos indígenas e tribais. Em seu Artigo 13, a Convenção reconhece o interesse específico da relação espiritual dos povos indígenas com as terras ou territórios que ocupam ou utilizam, ressaltando que os direitos de propriedade e posse sobre esses territórios devem ser respeitados. Além disso, o Artigo 14 também explicita sobre os direitos de propriedade e posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam devem ser reconhecidos (p.10), incluindo a proteção contra a remoção forçada de seus territórios. Esses dispositivos são essenciais para garantir a autonomia e a sobrevivência cultural dos povos indígenas, que dependem intrinsecamente de suas terras para manter suas práticas tradicionais e sua identidade.

Além disso, existe também, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUDPI, 2008), a qual amplia e complementa os princípios da Convenção nº 169. Em seu Artigo 3, a DNUDPI afirma que "os povos indígenas têm direito à autodeterminação"(p. 07), o que inclui a liberdade de determinar suas condições políticas, econômicas, sociais e culturais. Esse direito é fundamental para que os povos indígenas possam gerir seus próprios territórios e recursos de acordo



com suas tradições e necessidades. O Artigo 26 da Declaração reforça que "os povos indígenas têm direito às terras, territórios e recursos que possuem tradicionalmente, ocupam ou utilizam" (p. 14), estabelecendo a obrigação dos Estados de reconhecer e proteger esses direitos.

Ambos os documentos também abordam a importância da consulta prévia, livre e informada como um mecanismo essencial para garantir a participação dos povos indígenas em decisões que afetem seus direitos e interesses. A Convenção nº 169, em seu Artigo 6, estabelece que os governos devem "consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, em particular, através de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente" (p. 19). A DNUDPI em seu Artigo 19, complementa que "os Estados devem consultar e cooperar de boa-fé com os povos indígenas interessados, a fim de obter seu consentimento livre, prévio e informado antes de adotar e implementar medidas legislativas ou administrativas que os afetem" (p. 12).

No entanto, apesar desses avanços normativos, muitos desafios persistem na implementação desses direitos. Conforme destacam pesquisadores como Santos (2018), a falta de efetividade das políticas públicas e a persistência de modelos de desenvolvimento que desconsideram os direitos indígenas tem resultado em violações sistemáticas, como a invasão de terras, a exploração ilegal de recursos naturais e a marginalização desses povos. A Convenção nº 169 e a DNUDPI, portanto, não apenas estabelecem parâmetros jurídicos, mas também servem como ferramentas de advocacia para que os povos indígenas possam reivindicar seus direitos perante os Estados e a comunidade internacional.

3 A PRESENÇA INDÍGENA NOS MUNICÍPIOS DE BENJAMIN CONSTANT E SÃO PAULO DE OLIVENÇA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E RETROSPECTIVA

A região do Alto Solimões, onde estão situados os municípios de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença, desempenharam um papel estratégico durante o período colonial e pós-colonial, servindo como pontos de fronteira e de interação entre diferentes grupos étnicos, como nos lembra Alencar (2005). A presença de povos indígenas, como os Ticuna, Kokama e Kaixana, entre outros, moldou a dinâmica histórica e cultural desses municípios. Este estudo buscou compreender a evolução histórica dessas localidades, desde sua fundação até os dias atuais, com enfoque na relação entre o Estado e as comunidades indígenas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), São Paulo de Olivença é um dos núcleos mais antigos da região, fundado no século XVII (por volta de 1692) por missionários jesuítas espanhóis, sendo posteriormente incorporado ao território português pelo Tratado de Madrid (1750). O município foi criado oficialmente em 1853, tornando-se um importante centro de catequese e comércio na bacia do rio Solimões. Sua localização próxima à fronteira com o Peru e a



Colômbia conferiu-lhe relevância geopolítica, especialmente durante os ciclos da borracha séculos XIX e XX.

Benjamin Constant, originalmente denominado “Alto Solimões”, foi elevado à categoria de município em 1898, recebendo seu nome atual em homenagem ao militar e positivista brasileiro. Localizado às margens do rio Solimões, próximo à tríplice fronteira (Brasil, Peru, Colômbia), o município foi profundamente influenciado pela migração de nordestinos durante o ciclo da borracha e, posteriormente, por conflitos e acordos territoriais internacionais, de acordo com dados do município tirados do (IBGE, 2025).

As regiões de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença são tradicionalmente habitada por povos indígenas, destacando-se os Tikuna, o maior grupo étnico da área, além dos Kokama e Kaixana. Esses povos enfrentaram processos violentos de colonização, escravização e catequese, especialmente durante o período missionário e o auge da exploração da borracha, como nos orienta (Silva, 2010).

A região do Alto Solimões onde se localizam os municípios de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença, constitui um espaço de fundamental importância para a compreensão da dinâmica sociocultural amazônica, marcada pela presença histórica de diversos povos indígenas. Estudos antropológicos demonstram que esta área foi tradicionalmente ocupada por grupos das famílias linguísticas Tupi (Kokama) e Tikuna, com registros de ocupação que remontam a pelo menos 3.000 anos antes do presente (NEVES, 2006).

Os Tikuna, autodenominados “Magüta”, representam o grupo indígena mais numeroso da região, com população estimada em mais de 30.000 indivíduos no Brasil (Oliveira, 2012). Segundo dados da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai, 2023), existem atualmente 15 terras indígenas homologadas na região do Alto Solimões, sendo a TI Évare I uma das mais significativas em termos territoriais e populacionais.

O processo histórico de contato destes povos com a sociedade nacional foi marcado por diversos momentos críticos. Durante o período colonial, as missões jesuíticas estabelecidas em São Paulo de Olivença a partir de 1692, Souza, (2008) implementaram um sistema de reduções que alterou profundamente a organização social indígena. O relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2015) aponta que este processo resultou em significativa perda populacional, estimada em até 90% para alguns grupos no primeiro século de contato.

O ciclo da borracha (1880-1912) representou outro momento crítico. Santos (2010), discute que, milhares de indígenas foram recrutados compulsoriamente para o trabalho nos seringais. O Museu do Índio (2020) preserva relatos orais que descrevem as condições análogas à escravidão impostas aos povos originários durante este período.



4 POLÍTICAS PÚBLICAS LINGUÍSTICAS E A PRESERVAÇÃO DAS LÍNGUAS NATIVAS NO ALTO SOLIMÕES: O CASO DE BENJAMIN CONSTANT E SÃO PAULO DE OLIVENÇA

A região do Alto Solimões onde se localizam os municípios de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença, abriga uma rica diversidade linguística representada principalmente pelas línguas dos povos Tikuna, Kokama e Kaixana. Como destaca Santos (2021, p. 45) em sua obra “Políticas Linguísticas no Ensino Bilíngue do Alto Solimões”, “a diversidade linguística desta região constitui um patrimônio cultural imaterial cuja preservação exige políticas públicas específicas e continuadas”. No entanto, essa diversidade enfrenta sérias ameaças, com algumas línguas em risco crítico de desaparecimento, situação que demanda ações urgentes de documentação e revitalização.

Ao discutir sobre a temática, Souza e Pereira (2016) entende política pública linguística como intervenções de caráter social e político que emergem da indissociabilidade entre o mundo linguístico e a realidade humana. Segundo a perspectiva de Louis-Jean Calvet (2002), tais políticas consistem em um conjunto de determinações e grandes decisões que regulam as relações entre as línguas e a sociedade. Elas representam escolhas conscientes, frequentemente mediadas pelo Estado ou por outros agentes, com o objetivo de gerenciar conflitos e problemáticas inerentes a contextos multilíngues. Dessa forma, as políticas linguísticas materializam-se como políticas públicas quando, a partir de uma realidade linguística problematizada no meio social, buscam intervir e alterar os rumos de uma dada situação. No caso das línguas nativas, efetivando-se por meio de um planejamento que visa à valorização, ao conhecimento e ao respeito pela vivência das comunidades indígenas, defendido pela professora Rosinéa Santos (2021).

No Brasil, o marco legal para a proteção das línguas indígenas foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988, que em seu Artigo 231 reconhece aos povos originários o direito à sua organização social, costumes, línguas e tradições. Esse direito foi reforçado pela ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2002). Rosinéa Santos (2021), analisa que a implementação desses dispositivos legais na região do Alto Solimões tem ocorrido de forma desigual, com avanços significativos no caso Tikuna, mas ainda insuficientes para as línguas Kokama e Kaixana.

Na esfera educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece, em seu Artigo 78, que o ensino nas comunidades indígenas deve ser ministrado nas línguas maternas. Como observa Santos (2021), o grande desafio na região tem sido a formação de professores indígenas capacitados para atuar no ensino bilíngue, especialmente nas comunidades onde a língua portuguesa já se tornou dominante entre as crianças”. A autora relata casos bem-sucedidos em algumas escolas Tikuna, onde “a valorização da língua materna no ambiente escolar tem contribuído para fortalecer a identidade cultural dos estudantes” (SANTOS, 2021, p. 115).



No Alto Solimões, a língua Tikuna, com mais de 50 mil falantes, apresenta uma situação relativamente estável, embora, mesmo línguas com muitos falantes não estão imunes aos processos de substituição linguística, especialmente em contextos urbanos. Já a língua Kokama, classificada pela UNESCO como criticamente ameaçada, enfrenta desafios ainda maiores. Santos (2021, p.134), alerta que “os últimos falantes fluentes de Kokama são em sua maioria idosos, e a transmissão intergeracional está praticamente interrompida”. O caso do Kaixana é ainda mais grave, com a autora registrando que restam apenas dois falantes com domínio pleno da língua, ambos com mais de 70 anos (Santos, 2021).

A experiência do Alto Solimões, analisada em profundidade por Santos (2021), demonstra que a preservação das línguas indígenas requer políticas públicas consistentes e de longo prazo, que reconheçam e valorizem o papel das comunidades indígenas como principais agentes desse processo. E são os próprios falantes, em suas práticas cotidianas e em suas escolhas linguísticas, que definirão em última instância o futuro dessas línguas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A mesorregião do Alto Solimões, localizada no sudoeste do estado do Amazonas, abrange os municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins. Juntos, esses municípios somam uma área de 213.281,24 km², o que corresponde a aproximadamente 13,67% do território total do estado do Amazonas, que possui 1.559.168,117 km². Essa região é marcada por elevados índices de vulnerabilidade social, com Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) bastante baixos (0,499) e altos níveis de desigualdade (acima de 0,55). Além disso, a presença de instituições públicas é frágil, o que dificulta a resolução de problemas comuns enfrentados pela população (IPEA, 2015).

Para esta pesquisa, foram estudados dois municípios que fazem parte da microrregião do Alto-Solimões que são, Benjamin Constant e São Paulo de Olivença. O fator determinante para a escolha dessas localidades foi justamente a presença significativa de algumas comunidades indígenas existentes nelas.

De acordo com o IBGE (2022), a população de Benjamin Constant era de 37.648 habitantes e a densidade demográfica era de 4,32 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 15 e 14 de 62. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 872 e 5013 de 5570.

Ainda segundo dados do IBGE, povoamento do município de Benjamin Constant teve início provavelmente nas primeiras décadas do século XVIII. Por volta de 1750, já existia, nas proximidades da foz do rio Javari, no Solimões, a aldeia do Javari, habitada pelos indígenas Tikunas e fundada pelos jesuítas. Essa aldeia foi inicialmente escolhida para sediar a Capitania, conforme estabelecido pela Carta Régia de 18 de julho de 1755, emitida pelo Governo Português e dirigida a Mendonça Furtado,



governador do Grão-Pará. No entanto, após considerar os motivos apresentados por Furtado e aprovados pela Metrópole, decidiu-se transferir a sede da Capitania para a aldeia de Mariuá, localizada no rio Negro. Na aldeia de São José do Javari, permaneceram um destacamento militar e um posto fiscal (registro). Contudo, o local não oferecia as condições adequadas para atender aos propósitos aos quais estava destinado.

A partir de uma análise retrospectiva histórica e atual do objeto de estudo, foram detectadas seis etnias indígenas em ambos os municípios investigados, que são os Tikuna, Kokama, Kambeba, Witoto, Kaixana e Kanamari, remanescendo os povos Tikuna, Kokama e Kambeba em maior número. Em 2022, foram contabilizados 26.619 indígenas em São Paulo de Olivença. Já em Benjamin Constant, foram contabilizados 17.811 (IBGE, 2022).

A tabela 1, apresenta as etnias e as línguas nativas remanescentes nos municípios selecionados na pesquisa.

Tabela 1. Etnias e línguas nativas remanescentes nos municípios selecionados na pesquisa.

| Etnias | Línguas | População | Município |
|---------|---------------------|-----------|-----------------------|
| Ticuna | Ticuna | 13.578 | São Paulo de Olivença |
| | | 9.276 | Benjamin Constant |
| kokama | Kokama e Português | 2.893 | São Paulo de Olivença |
| | | 1.919 | Benjamin Constant |
| kambeba | Kambeba e Português | 1.093 | São Paulo de Olivença |

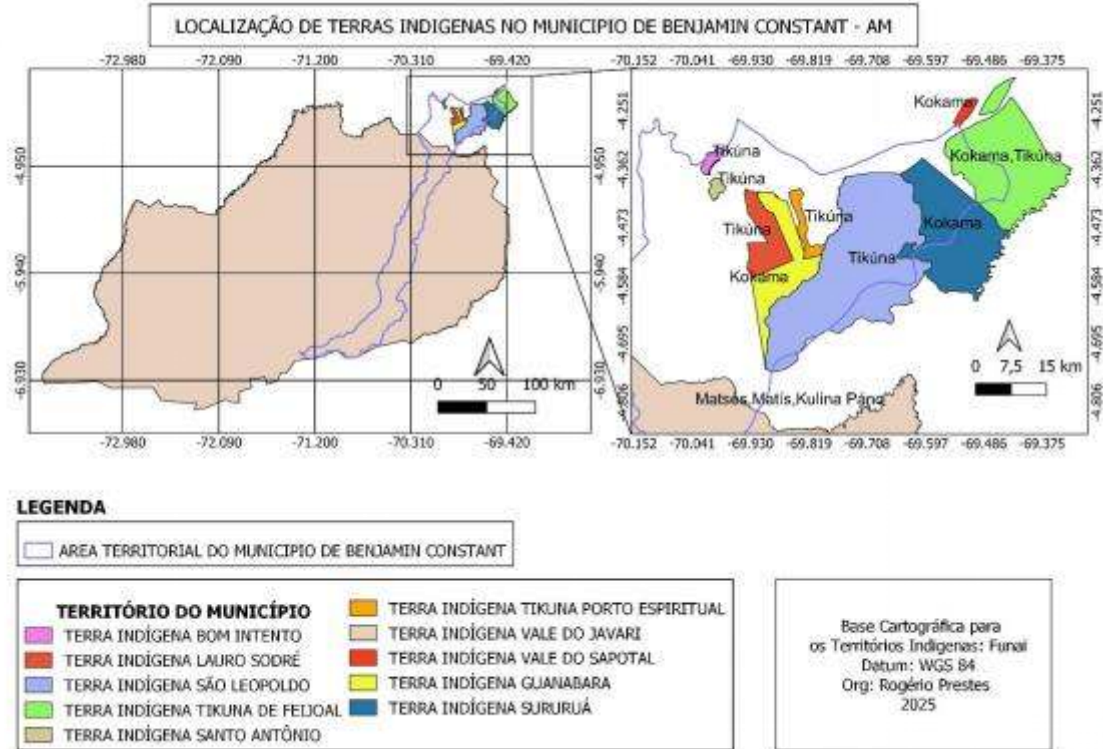
Fonte: Plano de desenvolvimento para os povos Indígenas (PRODERAM, 2020).

De acordo com o IBGE (2022), ainda estão presentes as línguas nativas, kaixana, Witoto e Kanamari na região dos dois municípios. No entanto, correm risco de extinção.

Em relação a localização dessas etnias e de suas respectivas línguas, foi realizado o seguinte mapeamento, (Figura 1).



Figura 1: Cartografia das línguas nativas remanescentes no município de Benjamin Constant/AM.



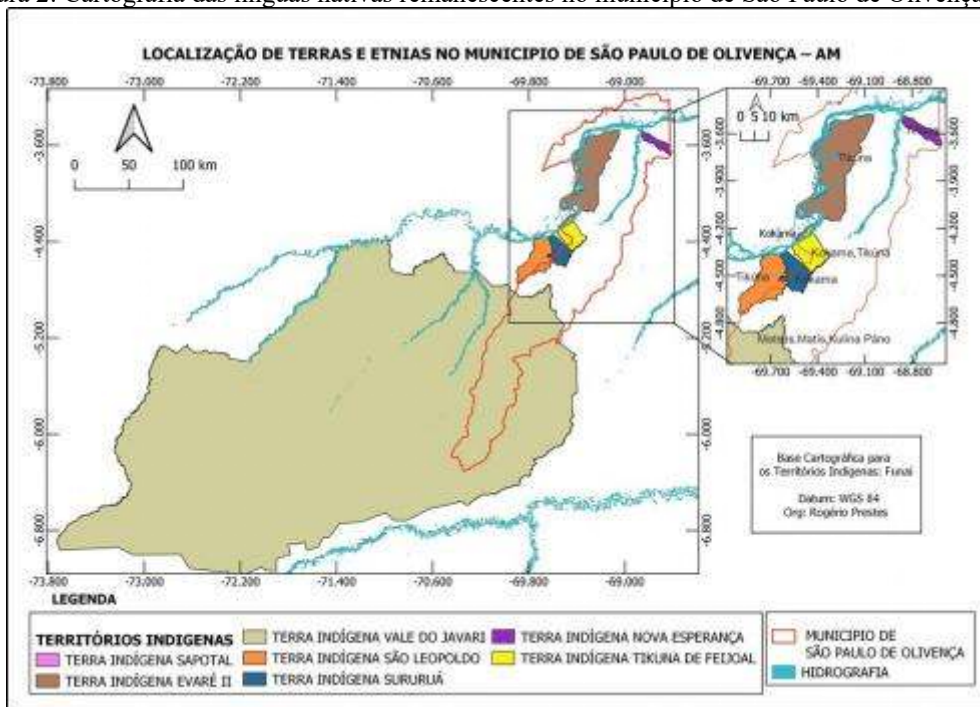
Fonte: Rogério Prestes (2025).

A figura acima, mostra detalhadamente a região do município de Benjamin Constant com os territórios indígenas presentes. Nessas regiões, remanescem as línguas nativas Tikuna e Kokama. A população é bastante significativa de pessoas que se autodeclaram indígenas totalizando dez territórios, além dos indígenas que moram no centro urbano.

Em relação à São Paulo de Olivença, constatou-se presença das línguas, Tikuna, Kokama, e Kambeba, (Figura 2).



Figura 2: Cartografia das línguas nativas remanescentes no município de São Paulo de Olivença/AM.

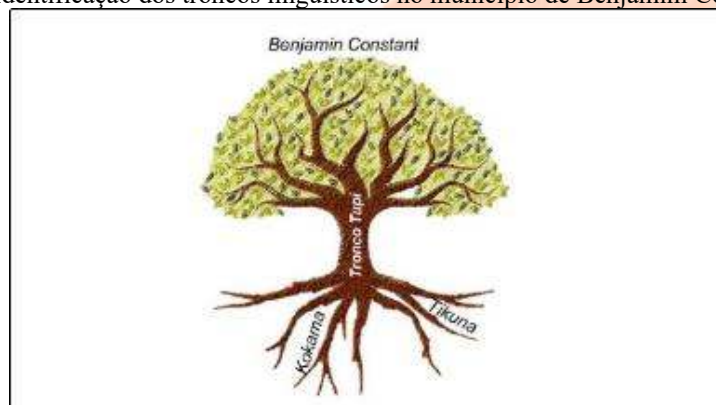


Fonte: Rogério Prestes (2025).

As etnias presentes no município de São Paulo de Olivença estão localizadas em sua maioria, em terras indígenas, totalizando sete territórios indígenas registrados. Sem deixar de salientar, a população que se autodeclara indígena presente no centro urbano do município (não identificado no mapa).

A partir da identificação e localização das etnias indígenas e suas línguas nos municípios, foi possível também, identificar os troncos linguísticos das línguas que remanescem tanto em Benjamin Constant, quanto em São Paulo de Olivença. A identificação dos troncos é de suma importância para se entender a trajetória das línguas nativas até os dias atuais e seus processos de modificação. Em Benjamin Constant estão presentes as línguas Tikuna e Kokama, pertencentes ao tronco Tupi, Figura 3. Em São Paulo de Olivença estão presentes as Línguas, Tikuna, Kokama e Kambeba, também pertencentes ao tronco tupi, Figura 4.

Figura 3: Identificação dos troncos linguísticos no município de Benjamin Constant/AM.



Fonte: Rogério prestes (2025).



Figura 4: Identificação dos troncos linguísticos no município de São Paulo de Olivença/AM.



Fonte: Rogério Prestes (2025).

Conhecer os troncos linguísticos das línguas nativas do Brasil é fundamental para compreender a riqueza e a diversidade cultural dos povos originários. Esses troncos, como por exemplo, o Tupi, Macro-Jê e Aruak, representam famílias de línguas interligadas por histórias, migrações e relações ancestrais. Estudá-los ajuda a reconstruir a história pré-colonial, revelando como diferentes etnias se comunicavam, se organizavam e interagiam com o território. Além do valor histórico, esse conhecimento é essencial para a preservação linguística. Muitas línguas indígenas estão ameaçadas de extinção, e entender suas estruturas e conexões facilita a criação de políticas públicas de revitalização, como educação bilíngue e documentação linguística. Também fortalece a identidade dos povos indígenas, garantindo que suas vozes e saberes não sejam apagados.

Outro objetivo importante desse estudo foi verificar se a população indígena residentes em ambos os municípios estava cursando o ensino superior. Esse questionamento foi levantado partir da necessidade de verificar se as políticas públicas linguísticas voltadas para a população indígena e suas respectivas línguas, estavam de fato, em vigor. Diante disso, a tabela 2 a seguir, mostra o quantitativo de pessoas que se autodeclararam indígenas e que estão matriculadas nas universidades (IBGE, 2022).

Tabela 2: Quantitativo de indígenas matriculados no ensino superior no município de São Paulo de Olivença/AM

| São Paulo de Olivença - AM | TOTAL | 2084 | 257 |
|----------------------------|----------|------|-----|
| | HOMENS | 1102 | 100 |
| | MULHERES | 982 | 157 |

Fonte: IBGE (2022)

Tabela 3: Quantitativo de indígenas matriculados no ensino superior no município de Benjamin Constant/AM

| Benjamin Constant - AM | TOTAL | 1058 | 471 |
|------------------------|----------|------|-----|
| | HOMENS | 527 | 252 |
| | MULHERES | 531 | 219 |

Fonte: IBGE (2022)



A presença de indígenas no ensino superior no Brasil tem crescido nas últimas décadas, graças às políticas de ações afirmativas, como cotas e programas de permanência estudantil. No entanto, os desafios ainda são muitos, especialmente no que diz respeito às barreiras linguísticas. Muitos povos indígenas possuem línguas maternas distintas do português, e a falta de suporte linguístico adequado pode dificultar o acesso e a permanência desses estudantes nas universidades. Embora existam leis que assegurem esses direitos, as instituições educacionais ainda não atendem às especificidades linguísticas desses povos.

Políticas públicas linguísticas são essenciais para garantir a sustentabilidade das línguas nativas remanescentes nas instituições de ensino superior. Projetos voltados para a documentação, ensino bilíngue e valorização cultural são fundamentais nesse processo. A criação de materiais didáticos em línguas indígenas, a formação de professores indígenas e a implementação de escolas que respeitem a educação intercultural fortalecem a identidade linguística desses povos. Além disso, iniciativas como a produção de dicionários, gramáticas e registros audiovisuais ajudam a manter vivas as tradições orais e os conhecimentos ancestrais. E, a garantia de direitos linguísticos também está ligada à justiça social, pois reconhece a autonomia e a dignidade dos povos originários. Políticas públicas que incentivem o uso das línguas nativas em espaços formais, como mídia, administração pública e sistemas jurídicos, contribuem para uma sociedade mais inclusiva e plural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar, o futuro das línguas nativas remanescentes nos municípios de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença (Alto Solimões/AM), com foco nos pressupostos da etnolinguística no contexto da sustentabilidade das políticas linguísticas no ensino superior. A pergunta que norteou este trabalho foi saber quais os limites e possibilidades da sustentabilidade linguística das línguas nativas remanescentes nos municípios de Benjamim Constant e São Paulo de Olivença/AM, a partir de uma abordagem retrospectiva, histórica e atual do objeto de estudo.

O processo adotado resultou em um aprendizado que possibilitou conhecer a diversidade etnolinguística da microrregião do Alto-Solimões, os direitos dos Povos Indígenas, a presença dos povos indígenas nos respectivos municípios pesquisados e os pressupostos das políticas públicas linguísticas.

Os resultados obtidos revelam dados importantes sobre a diversidade linguística e os desafios enfrentados pelos povos indígenas dessa região, destacando a urgência de ações voltadas para a preservação e revitalização dessas línguas.

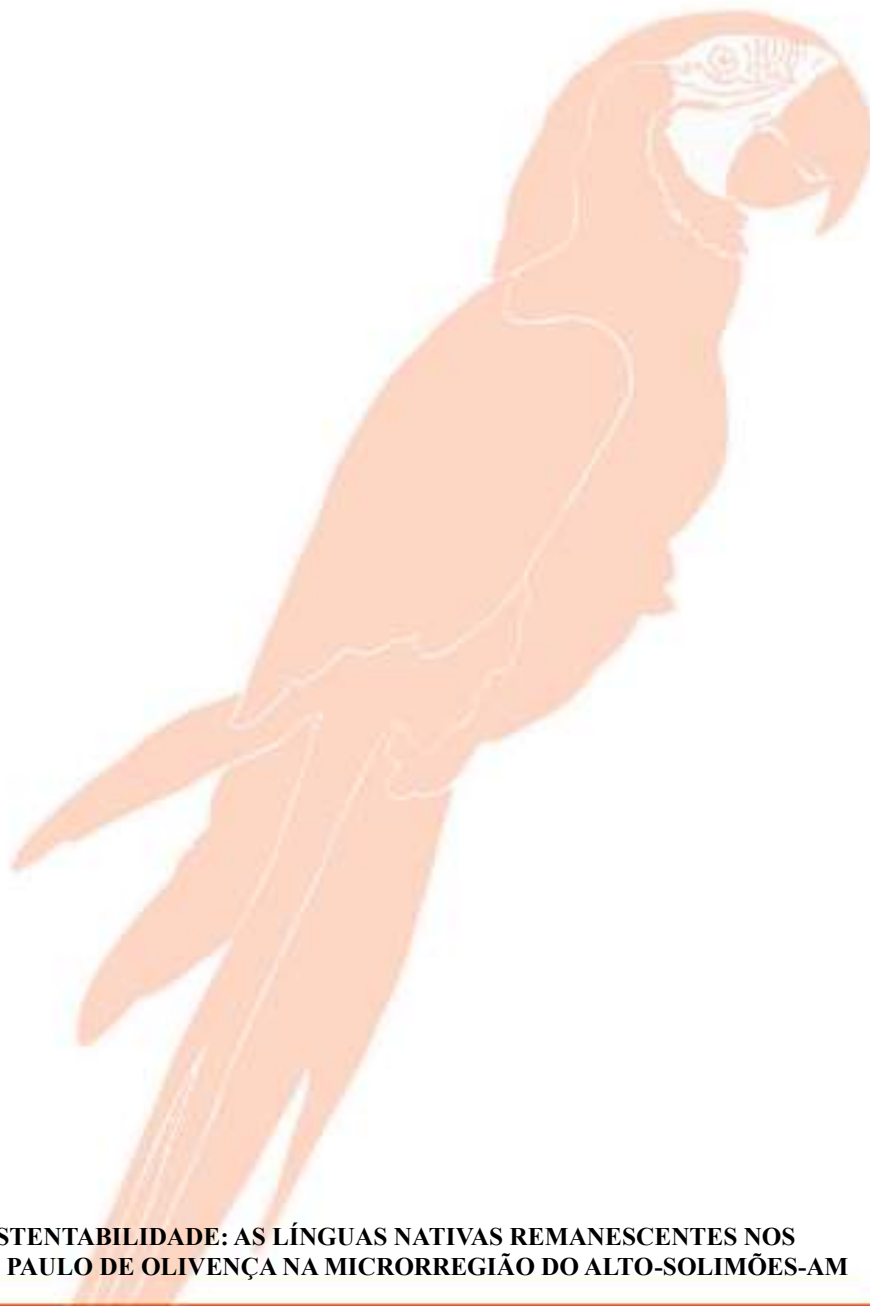
A pesquisa identificou a presença de línguas como o Tikuna, o Kokama, e Kambeba, cada uma com suas particularidades e contextos de uso. Essas línguas, pertencentes ao tronco linguístico Tupi, além de línguas isoladas como o Tikuna, refletem a riqueza cultural e histórica da região. No entanto,



os dados preliminares também apontam para uma realidade preocupante: muitas dessas línguas estão em processo de erosão, com redução no número de falantes e diminuição de seu uso em contextos comunitários e familiares.

Um dos aspectos mais relevantes observados foi a relação entre a vitalidade das línguas e as políticas públicas locais. A fragilidade das instituições públicas e a falta de iniciativas específicas para a promoção das línguas indígenas têm contribuído para o enfraquecimento desses idiomas. Além disso, a migração para áreas urbanas e a influência de línguas majoritárias, como o português, têm impactado negativamente a transmissão intergeracional das línguas nativas.

Em síntese, a pesquisa reforça a necessidade de ações urgentes e coordenadas para garantir a sobrevivência das línguas indígenas no Alto Solimões. A continuidade da pesquisa e a ampliação do diálogo com as comunidades locais serão essenciais para consolidar estratégias que promovam a revitalização dessas línguas e, conseqüentemente, a valorização das culturas e identidades indígenas na Amazônia na perspectiva sustentável. Acredita-se que a preservação das línguas nativas é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva.





REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edna F. Políticas públicas e (in)sustentabilidade social: o caso de comunidades da várzea no Alto Solimões, Amazonas. In: Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Org. Lima, Deborah. Manaus: Ibama, Pro Várzea, p. 59-100, 2005.

ALMEIDA, R. Movimentos indígenas no Alto Solimões. Manaus: EDUA, 2019.

BARROS, José Marcio. Diversidade, sustentabilidade e políticas [livro eletrônico] : o Plano Nacional de Cultura do Brasil e a Convenção da Diversidade Cultural – Belo Horizonte, MG: Observatório da Diversidade Cultural, 2021.

BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Funai fortalece II Encontro da Década Internacional das Línguas Indígenas, no Mato Grosso do Sul. [Brasília, DF], [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/funai-fortalece-ii-encontro-da-decada-internacional-das-linguas-indigenas-no-mato-grosso-do-sul> . Acesso em: 30, ago. 2025.

CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. Formação Socioeconômica da Amazônia. Belém: NAEA, 2015. 640 p.: il.; 22 cm - (Coleção Formação Regional da Amazônia, v.2)
CIMI. Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2015.

FISHMAN, Joshua A. Reversing Language Shift: Theoretical and Empirical Foundations of Assistance to Threatened Languages. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Educação Intercultural e Políticas Linguísticas: Desafios para a Valorização das Línguas Indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2018.

FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas). Dados e informações sobre diversidade linguística e políticas de preservação cultural. Disponível em: [\[www.gov.br/funai\]](http://www.gov.br/funai)(<http://www.gov.br/funai>) acesso em 30, ago de 2025.

GARNELO, L. Saúde indígena em contextos urbanos. Cadernos de Saúde Pública, v. 34, n. 6, 2018.

GODET, Michel. A Caixa de Ferramentas da Prospectiva Estratégica. Lisboa: Centro de Estudos de Prospectiva e Estratégia, 2000.

IBGE. Censo Demográfico 2022: População Indígena no Brasil. Rio de Janeiro, 2022.
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: [\[https://pib.socioambiental.org\]](https://pib.socioambiental.org)(<https://pib.socioambiental.org>).

ISA. Atlas de Pressões e Ameaças em Terras Indígenas. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2021.

KRENAK, Ailton. Ideias para Adiar o Fim do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Nova York: ONU, 2007.

NEVES, E. Arqueologia da Amazônia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OLIVEIRA, J. P. Educação Escolar Indígena no Alto Solimões: Desafios e Perspectivas. Manaus: Editora da UFAM, 2020.



OLIVEIRA, J. Os Ticuna. São Paulo: EDUSP, 2012.

OLIVEIRO FILHO, J. P. “O nosso governo”: Os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais. Genebra, 1989.

RICARDO, C. A. Povos Indígenas no Brasil: Lutas e Resistências. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2021.

RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Línguas Brasileiras: Para o Conhecimento das Línguas Indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SANTOS, F. História econômica da Amazônia. Belém: NAEA, 2010.

SANTOS, M. V. Direitos Indígenas e Justiça Social: Desafios e Perspectivas. Belém: Editora da UFPA, 2018.

SANTOS, M. V. Línguas Indígenas e Identidade Cultural na Amazônia. Belém: Editora da UFPA, 2018.

SANTOS, Rosinéa. Políticas Linguísticas no Ensino Bilíngue do Alto Solimões. Manaus: Editora da UFAM, 2021.

SÃO PAULO DE OLIVENÇA (AM). In: Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 14, p. 230-232. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_14.pdf. Acesso em: 13 nov. 2024.

SILVA, Antonia Rodrigues da. Identidade/Diferença Tikuna e o Processo Educativo Formal: Um Olhar através das Escolas Ebenezer e Maravilha do Município de Benjamin Constant/Am. - Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010. 126 f.; c /il.

SOUZA, M. A.; ALMEIDA, R. Diversidade Linguística e Etnográfica no Alto Solimões. Revista de Antropologia, v. 45, n. 2, 2019.

SOUZA, M. Missões jesuíticas no Amazonas. Manaus: Valer, 2008.

TICUMÃ, P. Educação escolar indígena Ticuna. Revista de Antropologia, v. 65, n. 2, 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2002.